

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos a V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício de 2019 da Cooperativa Sul-Serrana do Espírito Santo – Sicoob Sul Serrano em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br).

1. Política Operacional

Em 2019, o Sicoob Sul-Serrano completou 24 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

2. Nosso Desempenho

2.1) Resultado

	Em Milhares R\$		%
	Jan a Dez/2019	Jan a Dez/2018	
Demonstração do Resultado do Período			
Resultado da Intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	112.992	99.915	13,09
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	43.743	21.560	102,89
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	15.647	7.444	110,20
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	41.653	31.564	31,96
Receitas com Ato Não Cooperativo	15.693	7.929	97,92
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	82.099	72.825	12,73
Despesas Tributárias	2.436	1.879	29,64
Outras receitas operacionais e resultado não operacional	2.587	7.954	(67,48)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	30.933	29.278	5,65
Juros ao Capital	12.083	11.227	7,62
Sobras Brutas	56.779	69.214	(17,97)

Contribuíram para compor os resultados do exercício de 2019:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias: aumento de 31,96%, o resultado da intermediação financeira aumentou 13,09% em relação ao mesmo período de 2018.

A receita com a recuperação de créditos baixados como prejuízo aumentou 110,20% se considerar o mesmo período de 2018 e as receitas com ato não Cooperativo aumentou 97,92% em relação ao mesmo período de 2018.

A receita com Ingressos de Depósitos Intercooperativos aumentou 5,65% se considerar o mesmo período de 2018, que é a remuneração que a Cooperativa recebe pela administração financeira realizada no Sicoob Central ES.

A relação entre as receitas de prestação de serviços e de tarifas frente as despesas de pessoal, outras despesas administrativas e operacionais foi de 50,74%, 7,39% maior comparado com o exercício de 2018.

2.2) Dados Patrimoniais

	Em Milhares R\$		%
	Jan a Dez/2019	Jan a Dez/2018	
Balanco Patrimonial			
Ativos Totais	1.477.103	1.327.796	11,24
Centralização Financeira	518.192	493.444	5,02
Carteira de Crédito	905.573	800.628	13,11
Depósitos	898.328	820.516	9,48
Patrimônio Líquido	374.083	325.665	14,87
Patrimônio de Referência (PR)	351.007	306.085	14,68

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2019:

O total de ativos atingiu R\$ 1.477.103 mil ao final do exercício de 2019, com crescimento de 11,24% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo da carteira de crédito, atingiu R\$ 905.573 mil, com crescimento de 13,11% em relação a 31 de dezembro de 2018.

Os depósitos obtiveram um aumento de 9,48% considerando o mesmo período de 2018, atingindo no final do exercício de 2019 o montante de R\$ 898.328 mil.

O patrimônio líquido cresceu 14,87% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 374.083 mil.

2.2.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

	Em Milhares R\$						Valor total	% Total	
	31/12/2019			31/12/2018					Variação
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total			
Carteira de Crédito									
Crédito Rural	92.283	2.233	94.516	98.968	4.073	103.041	(8.525) (8,27%)		
Crédito Comercial	208.305	582.356	790.661	169.150	511.359	680.509	110.152 16,19%		
Conta Corrente	9.447	10.949	20.396	7.436	9.642	17.078	3.318 19,43%		
Total	310.035	595.538	905.573	275.554	525.074	800.628	104.945 13,11%		

3) Pessoas

Contávamos com 330 colaboradores no final do exercício de 2019. A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 29.798 mil.

4) Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando, assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682. Em 2019, houve uma concentração de 79,78% nos níveis de risco "AA" a "C".

5) Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de janeiro de 2011, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES, aprovado e instituído pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Além do Estatuto Social, são seguidos regulamentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6) Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balanços mensais e seu balanço patrimonial anual.

7) Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

8) Sistema de Ouvidoria

O Sicoob ES conforme previsto na Resolução 4.433 de 23/07/2015 do Conselho Monetário Nacional trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Bancoob.

No exercício de 2019, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 50 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa. Dessas demandas, 19 foram classificadas procedentes e com exceção de 1 demanda, todas foram resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 (dez) dias úteis, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

9) Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

Venda Nova do Imigrante – ES, 03 de fevereiro de 2020.

Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

Balanco Patrimonial

em 31/12/2019 e de 2018 (em milhares de R\$)

A T I V O	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		1.041.035	970.741
Disponibilidades	3.(u)	11.832	6.282
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	7.307	4.191
Títulos e Valores Mobiliários	4.2	2.094	606
Carteira Própria		2.094	606
Relações Interfinanceiras	3.(u)	518.192	493.444
Centralização Financeira - Cooperativas	5	518.192	493.444
Operações de Crédito	6	465.065	427.593
Empréstimos e Títulos Descontados		423.431	369.608
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		77.854	88.785
(-) Provisão para Operações de Crédito	6.(e)	(36.220)	(30.800)
Outros Créditos	7	9.456	8.180
Créditos por Avais e Fianças Honorados	7(i)	2.991	1.890
Rendas a Receber		3.633	3.990
Diversos		5.034	3.732
(-) Provisão para Outros Créditos de Liq. Duvidosa	7. (b)	(2.202)	(1.432)
Outros Valores e Bens	8	27.089	30.445
Outros Valores e Bens	8.(I)	35.696	31.724
Provisões para Desvalorizações (-)	8.(II)	(9.424)	(2.341)
Despesas Antecipadas	8.(III)	817	1.062
Não Circulante		436.068	357.055
Realizável a Longo Prazo		380.782	316.148
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	12.148	-
Títulos e Valores Mobiliários	4.2	-	869
Carteira Própria		-	869
Operações de Crédito	6	365.568	312.249
Empréstimos e Títulos Descontados		387.626	327.979
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		16.662	14.256
(-) Provisão para Operações de Crédito	6.(e)	(38.720)	(29.986)
Outros Créditos	7. (a)	3.066	3.030
Diversos	31	3.066	3.030
Permanente		55.286	40.907
Investimentos	9	39.831	29.068
Participação em Cooperativa Central de Crédito		29.496	20.061
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Crédito		10.335	9.007
Imobilizado de Uso	10	15.372	11.698
Imóveis de Uso		1.525	1.525
Outras Imobilizações de Uso		26.877	21.093
(-) Depreciações Acumuladas		(13.030)	(10.920)
Intangível	10.1	83	141
Ativos Intangíveis		1.105	1.089
(-) Amortização Acumulada		(1.022)	(948)
TOTAL		1.477.103	1.327.796

P A S S I V O	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		1.039.064	944.791
Depósitos	11	898.328	820.514
Depósito à Vista		279.078	217.941
Depósito Sob Aviso		8.525	8.973
Depósito a Prazo		610.725	593.600
Recur. De Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias	11.1	12.169	2.175
Obrig. por Emissão Letras Crédito Agronegócio		12.169	2.175
Relações Interfinanceiras		73.052	80.830
Repasse Interfinanceiros	12	73.048	80.825
Correspondentes	12.3	4	5
Relações Interdependências	13	7.372	5.836
Recursos em Trânsito de Terceiros		7.372	5.836
Obrigações Por Empréstimos e Repasses		19.689	8.343
Empréstimos no País - Outras Instituições	12.1	19.689	8.343
Outras Obrigações	14	28.454	27.093
Cob. e Arrec. de Trib. e Assemelhados	14.1	225	526
Sociais e Estatutárias	14.2	8.574	9.014
Fiscais e Previdenciárias	14.3	1.607	1.504
Diversas	14.4	18.048	16.049
Não Circulante		63.956	57.340
Exigível a Longo Prazo			
Depósitos	11	-	2
Depósito a Prazo		-	2
Recur. De Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias		43.989	36.754
Obrig. por Emissão Letras Crédito Agronegócio	11.1	43.989	36.754
Relações Interfinanceiras		16.642	17.569
Repasse Interfinanceiros	12	16.642	17.569
Outras Obrigações		3.325	3.015
Diversas	31	3.325	3.015
Patrimônio Líquido	16	374.083	325.665
Capital Social	16.(a)	216.131	187.559
De Domiciliados No País		217.024	188.171
(-) Capital a Realizar		(893)	(612)
Reserva de Sobras	16.(b)(c)	140.075	115.491
Sobras Acumuladas	16.(e)	17.877	22.615
TOTAL		1.477.103	1.327.796

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Sobras ou Perdas

em 31/12/2019 e de 2018 (em milhares de R\$)

	Nota	2º S 2019	31/12/2019	31/12/2018
Ingressos da Intermediação Financeira		83.607	159.864	147.110
Operações de Crédito	6. (h)	83.315	159.410	146.777
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.1	266	396	191
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	4.3	26	58	142
Dispêndios da Intermediação Financeira		(42.250)	(90.615)	(68.755)
Operações de Captação no Mercado	11.(b)	(19.582)	(39.695)	(39.302)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	12.2	(3.552)	(7.177)	(7.893)
Provisão para Operações de Créditos	6. (i)	(19.116)	(43.743)	(21.560)
Resultado Bruto Intermediação Financeira		41.357	69.249	78.355
Outros Ingressos/Rec. (Dispêndios/Disp.) Operacionais		(1.071)	(639)	(3.542)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços	19	13.496	25.290	18.847
Rendas (Ingressos) de Tarifas	20	8.534	16.363	12.717
Dispêndios/Despesas de Pessoal	21	(15.887)	(29.798)	(25.444)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas	22	(20.862)	(39.964)	(33.145)
Dispêndios/Despesas Tributárias		(1.340)	(2.436)	(1.879)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	5.1	15.410	30.933	29.278
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	23	7.475	11.310	10.320
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	24	(7.897)	(12.337)	(14.236)
Resultado Operacional		40.286	68.610	74.813
Resultado Não Operacional	25	(7.814)	(8.723)	(2.366)
Resultado Antes da Tributação e Participações		32.472	59.887	72.447
Participações nos Resultados de Empregados		(1.390)	(3.108)	(3.233)
Sobras / Perdas Bruta		31.082	56.779	69.214
Destinações legais e Estatutárias			(26.819)	(35.372)
F.A.T.E.S.			(2.235)	(2.899)
Reserva Legal			(24.583)	(31.893)
Fundo de Investimento Social - FIS			(447)	(580)
Utilização FIS			446	-
Resultado antes do Juros ao Capital			29.960	33.842
Juros ao Capital	18		(12.083)	(11.227)
Sobras / Perdas Líquidas			17.877	22.615

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

em 31/12/2019 e de 2018 (em milhares de R\$)

Eventos	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal	Estatutárias		
Saldos em 31/12/2017	165.385	(1.181)	77.711	-	19.461	261.376
Saldos De Incorporação Creditores		-			-	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior:						
Constituição de Reservas			5.307		(5.307)	-
Ao Capital	13.991				(13.991)	-
Cotas Capital a Pagar - Ex-associados					(163)	(163)
Movimentações de Capital:						
Por Subscrição/Realização	10.340	569				10.909
Por Devolução (-)	(8.898)					(8.898)
Estorno/Cancelamento de Capital (-)	(1.572)					(1.572)
Utilização do Fundo de Reserva com incorp Creditores						-
Sobras ou Perdas Líquidas					69.214	69.214
Provisão de Juros ao Capital					(11.227)	(11.227)
Subscrição do Juros ao Capital	11.227					11.227
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(2.172)					(2.172)
IRRF sobre Juros ao Capital	(130)					(130)
Fates Atos Não Cooperativos						-
Destinação das Sobras do Exercício:						
. Fundo de Reserva			31.893		(31.893)	-
. Fundo de Investimento Social				580	(580)	-
. F A T E S					(2.899)	(2.899)
Saldos em 31/12/2018	188.171	(612)	114.911	580	22.615	325.665
Saldos em 31/12/2018	188.171	(612)	114.911	580	22.615	325.665
Destinação de Sobras Exercício Anterior:						-
Ao Capital	22.014				(22.014)	-
Cotas Capital a Pagar - Ex-associados					(601)	(601)
Movimentações de Capital:						
Por Subscrição/Realização	14.277	(281)				13.996
Por Devolução (-)	(15.588)					(15.588)
Estorno/Cancelamento de Capital (-)	(1.180)					(1.180)
Reversões de Reservas						-
Sobras ou Perdas Líquidas					56.779	56.779
Provisão de Juros ao Capital					(12.083)	(12.083)
Subscrição do Juros ao Capital	12.083					12.083
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(2.312)					(2.312)
Juros ao Capital a Pagar - Ex-associados	(309)					(309)
IRRF sobre Juros ao Capital	(132)					(132)
Destinação das Sobras do Exercício:						-
. Fundo de Reserva			24.583		(24.583)	-
. Fundo de Investimento Social				447	(447)	-
. F A T E S					(2.235)	(2.235)
(-) Utilização Fundo de Investimento Social				(446)	446	-
Saldos em 31/12/2019	217.024	(893)	139.494	581	17.877	374.083
Saldos em 30/06/2019	210.249	(984)	114.911	580	19.637	344.393
Movimentações de Capital:						-
Por Subscrição/Realização	8.466	91				8.557
Por Devolução (-)	(10.189)					(10.189)
Estorno/Cancelamento de Capital (-)	(832)					(832)
Sobras ou Perdas Líquidas					31.082	31.082
Provisão de Juros ao Capital					(6.023)	(6.023)
Subscrição do Juros ao Capital	12.083					12.083
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(2.312)					(2.312)
Juros ao Capital a Pagar - Ex-associados	(309)					(309)
IRRF sobre Juros ao Capital	(132)					(132)
Destinação das Sobras do Exercício:						-
. Fundo de Reserva			24.583		(24.583)	-
. Fundo de Investimento Social				447	(447)	-
. F A T E S					(2.235)	(2.235)
(-) Utilização Fundo de Investimento Social				(446)	446	-
Saldos em 31/12/2019	217.024	(893)	139.494	581	17.877	374.083

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em 31/12/2019 e de 2018 (em milhares de R\$)

DESCRIÇÃO	2º S 2019	31/12/2019	31/12/2018
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Exercício Antes da Tributação e Participações	32.472	59.887	72.447
Participações nos Resultados de Empregados	(1.390)	(3.108)	(3.233)
Depreciações e Amortizações	1.384	2.671	1.997
Provisão de Juros ao Capital	(6.023)	(12.083)	(11.227)
Provisão para perda com operações de crédito	19.116	43.743	21.560
Resultado das baixas por obsolescência do Ativo Imobilizado	10	79	6
Resultado de participação de coligadas e controladas e Distribuição de Sobras	-	(1.307)	(994)
Juros ao Capital recebido do Sicoob Central ES	(149)	(149)	(107)
	45.420	89.733	80.449
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(15.135)	(15.265)	(4.191)
Títulos e Valores Mobiliários	(999)	(618)	3.727
Relações Interfinanceiras	107		-
Operações de Crédito	(70.449)	(134.532)	(133.063)
Outros Créditos	1.441	(1.313)	(1.887)
Outros Valores e Bens	3.598	3.356	(13.304)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista	58.023	61.137	55.232
Depósitos sob Aviso	(47)	(448)	(617)
Depósitos a Prazo	(12.776)	17.124	31.422
Recur. De Aceites Cambiais, Letras	3.236	17.229	30.832
Outras Obrigações	(4.597)	1.669	6.883
Relações Interfinanceiras	(12.745)	(8.705)	3.717
Obrigações por Empréstimos e Repasses	617	11.346	-
Relações Interdependências	7.285	1.536	(1.986)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	2.979	42.249	57.214
Atividades de Investimentos			
Recebimento Dividendos	-	1.307	994
Juros ao Capital recebido do Sicoob Central ES	149	149	107
Aplicação no Intangível	-	(6)	(91)
Inversões em Imobilizado de Uso	(2.359)	(6.359)	(5.170)
Inversões em Investimentos	(1.180)	(10.764)	(4.161)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(3.390)	(15.673)	(8.321)
Atividades de Financiamentos			
Saldos De Incorporação Creditores	-	-	-
Aumento por novos aportes de Capital	8.557	13.996	10.909
Devolução de Capital à Cooperados	(10.189)	(15.588)	(8.898)
Estorno/Cancelamento de Capital	(832)	(1.180)	(1.572)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	(601)	(163)
FATES Sobras Exercício	(2.235)	(2.235)	(2.899)
Juros ao Capital à Pagar Ex-associados	(309)	(309)	-
Subscrição do Juros ao Capital	12.083	12.083	11.227
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(2.312)	(2.312)	(2.172)
IRRF sobre Juros ao Capital	(132)	(132)	(130)
Utilização do Fundo de Reserva com incorp Creditores		-	-
Aumento de Reservas			
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	4.631	3.722	6.302
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	4.220	30.298	55.195
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	525.804	499.726	444.531
No Fim do Período	530.024	530.024	499.726
Varição Líquida das Disponibilidades	4.220	30.298	55.195

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

em 31/12/2019 e de 2018 (em milhares de R\$)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CREDITO SUL-SERRANA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB SUL-SERRANO, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 02/05/1995, filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO DO ESPIRITO SANTO – SICOOB CENTRAL ES e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB SUL-SERRANO possui 27 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: BREJETUBA - ES, AFONSO CLÁUDIO - ES, MARECHAL FLORIANO - ES, IÚNA - ES, IBATIBA - ES, IRUPI - ES, CONCEIÇÃO DO CASTELO - ES, MUNIZ FREIRE - ES, VENDA NOVA DO IMIGRANTE - ES, DOMINGOS MARTINS - ES, CARIACICA - ES, IBITIRAMA - ES, VITÓRIA - ES, LARANJA DA TERRA - ES, PIAÇU - ES, DIVINO DE SÃO LOURENÇO - ES.

O SICOOB SUL-SERRANO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1.1 Classificação de Risco Fitch Rating

A Fitch Ratings reavaliou em 2019 a classificação de risco da Cooperativa, atribuindo no curto prazo a nota F1(bra), que indica a mais forte capacidade de pagamento pontual dos compromissos financeiros. Este rating representa a mais alta qualidade de crédito de curto prazo, segundo a escala de Rating Nacional da Fitch.

No longo prazo a classificação obtida foi A+(bra), que denota baixa expectativa de risco de inadimplência. A capacidade de pagamento dos compromissos financeiros é considerada forte. Este rating representa uma qualidade de crédito alta de longo prazo, segundo a escala de Rating Nacional da Fitch.

Fonte: <https://www.fitchratings.com/site/brasil>.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 03/02/2020.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas

em 31/12/2019 e de 2018 (em milhares de R\$)

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “*pro rata temporis*”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“*pro rata temporis*”), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2019 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019.

u) Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e depósitos bancários	11.832	6.282
Relações interfinanceiras - centralização financeira	518.192	493.444
TOTAL	530.024	499.726

4. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros – Curto Prazo	7.307	4.191
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros - Longo Prazo	12.148	-
TOTAL	19.455	4.191

Aplicação de garantia junto ao Bancoob concessão de financiamentos a Cooperados.

4.1 Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As receitas recebidas dessa transação resultaram em 31/12/2019 no montante de R\$ 396 mil (31/12/2018 R\$ 191 mil) com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de “Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez”.

4.2 Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Cotas de Fundos de Investimento (a)	1.856	606
Título de Renda Fixa - Curto Prazo (b)	238	-
Título de Renda Fixa - Longo Prazo (b)	-	869
TOTAL	2.094	1.475

(a) Aplicação de garantia junto ao Banco do Brasil.

(b) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI. Tal recurso refere-se a operações que estão vinculadas ao Acordo de Compensação assinado entre a Cooperativa e o Bancoob com o objetivo de mitigação de risco de crédito, sendo seus vencimentos correspondentes aos vencimentos dos contratos de repasse do crédito rural.

4.3 Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros

É constituído pelas receitas aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	58	142
TOTAL	58	142

5. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	518.192	493.444
TOTAL	518.192	493.444

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL ES conforme determinado na Resolução CMN nº 4.434/2015.

5.1 As receitas recebidas dessa transação resultaram em 31/12/2019 no montante de R\$ 30.933 mil (31/12/2018 – R\$ 29.278 mil) com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de “Ingressos de Depósitos Interooperativos”.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	1.338	-	1.338	1.005
Empréstimos	332.369	327.266	659.635	578.152
Títulos Descontados	52.721	-	52.721	49.460
Financiamentos	37.003	60.360	97.363	68.970
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	77.854	16.662	94.516	103.041
Total das Operações Crédito	501.285	404.288	905.573	800.628
(-) Provisões para Operações de Crédito	(36.220)	(38.720)	(74.940)	(60.786)
TOTAL	465.065	365.568	830.633	739.842

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Emprést. / TD	A/D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financ.	Financ. Rurais	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA - Normal	17.823	4	3.802	2.112	23.741	-	11.533	-
A 0,5% Normal	119.259	3.975	25.969	30.880	180.083	(900)	176.114	(881)
B 1% Normal	201.569	2.634	28.844	35.138	268.185	(2.682)	299.683	(2.997)
C 1% Vencidas	2.914	80	688	661	4.343	(43)	1.286	(13)
B 3% Normal	197.061	4.875	24.392	12.386	238.714	(7.161)	160.669	(4.820)
C 3% Vencidas	5.599	381	768	619	7.367	(221)	7.508	(225)
D 10% Normal	51.849	3.183	7.531	6.639	69.202	(6.920)	70.114	(7.011)
D 10% Vencidas	25.116	585	537	1.389	27.627	(2.763)	3.547	(355)
E 30% Normal	16.253	1.167	1.782	1.571	20.773	(6.232)	17.292	(5.188)
E 30% Vencidas	6.408	748	382	1.207	8.745	(2.624)	7.918	(2.376)
F 50% Normal	7.914	493	404	361	9.172	(4.586)	6.487	(3.244)
F 50% Vencidas	6.630	403	653	277	7.963	(3.982)	3.140	(1.570)
G 70% Normal	4.301	158	199	38	4.696	(3.287)	8.949	(6.264)
G 70% Vencidas	4.022	286	316	119	4.743	(3.320)	1.821	(1.275)
H 100% Normal	14.991	391	218	377	15.977	(15.977)	11.225	(11.225)
H 100% Vencidas	11.589	1.033	878	742	14.242	(14.242)	13.342	(13.342)
Total Normal	631.020	16.880	93.141	89.502	830.543	(47.745)	762.066	(41.630)
Total Vencidos	62.278	3.516	4.222	5.014	75.030	(27.195)	38.562	(19.156)
Total Geral	693.298	20.396	97.363	94.516	905.573	(74.940)	800.628	(60.786)
Provisões	(62.894)	(3.338)	(4.621)	(4.087)	(74.940)	-	(60.786)	-
Total Líquido	630.404	17.058	92.742	90.429	830.633	-	739.842	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a depositante	1.338	-	-	1.338
Cheque Especial/Conta garantida	19.058	-	-	19.058
Empréstimos	103.919	209.392	327.266	640.577
Títulos Descontados	47.535	5.186	-	52.721
Financiamentos	10.488	26.515	60.360	97.363
Financiamentos Rurais	12.750	65.104	16.662	94.516
TOTAL	195.088	306.197	404.288	905.573

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimos/TD	Financiamento	Financ. Rurais	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	1.461	96.638	10.739	7	108.845	12,02%
Setor Privado - Indústria	111	22.576	299	-	22.986	2,54%
Setor Privado - Serviços	9.121	408.956	33.702	684	452.463	49,96%
Pessoa Física	9.447	156.659	51.646	92.283	310.035	34,24%
Outros	256	8.469	977	1.542	11.244	1,24%
TOTAL	20.396	693.298	97.363	94.516	905.573	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	60.786	61.838
Constituições	42.956	21.162

Notas Explicativas

em 31/12/2019 e de 2018 (em milhares de R\$)

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Transferência para prejuízo	(28.802)	(22.214)
TOTAL	74.940	60.786

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	25.843	3%	20.873	3%
10 Maiores Devedores	137.125	14%	129.177	16%
50 Maiores Devedores	999.837	28%	270.059	34%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	76.254	62.240
Valor das operações transferidas no período	28.802	22.214
Valor das operações recuperadas no período	(15.647)	(7.444)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(473)	(756)
TOTAL	88.936	76.254

h) Rendas com Operações de Crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	1.962	1.831
Rendas de Empréstimos	106.926	101.145
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	13.617	14.970
Rendas de Financiamentos	13.944	13.406
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	706	66
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	1.639	3.730
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	1.543	1.737
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados de LCA	1.928	644
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos de Fontes Públicas	1.498	1.804
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	15.647	7.444
TOTAL	159.410	146.777

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos e financiamentos, desconto de duplicatas, conta garantida, cheque especial, adiantamento a depositante, repasses de recursos do Bancoob e Sicoob Central ES.

i) Reversão/Provisão para Operações de Créditos:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD)	(85.089)	(20.691)
Reversão de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD)	44.555	818
Provisões para outros Créditos liquidação duvidosa	(3.876)	(1.687)
Reversão de provisões para outros Créditos liquidação duvidosa	667	-
TOTAL	(43.743)	(21.560)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa deve ser constituída sobre o valor contábil das operações créditos conforme critérios de risco e contábeis determinados na resolução CMN nº 2.682/1999.

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2019	31/12/2018
Avais e Fianças Honrados (I)	2.991	1.890
Rendas a Receber	3.633	3.990
Rendas Serviços arrecadação de convênios	1.132	866
Rendas da Centralização da Administração Financeira	2.066	2.557
Outras Rendas a Receber	435	567
Diversos	8.100	6.762
Adiantamento e Antecipações salariais	83	174
Adiantamento por conta de Imobilizações	121	22
Devedores por Compra de Valores e Bens (I)	1.677	571
Devedores por Depósitos em Garantia (a)	3.066	3.030
Impostos e Contribuições a Compensar	1.194	1.023
Pagamentos a Ressarcir	1.218	1.339
Títulos e Crédito a Receber	526	495
Devedores Diversos - País	215	108
(-) Provisões para Outros Créditos (b)	(2.202)	(1.432)
TOTAL	12.522	11.210

(I) Nível de risco Avais e Fianças Honrados e Devedores por Compra de Valores e Bens

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
B 1% Normal	-	1.318	1.318	(13)	58	(1)
C 3% Normal	-	344	344	(10)	513	(15)
D 10% Normal	-	15	15	(2)	-	-
E 30% Normal	184	-	184	(55)	148	(44)
E 30% Vencidas	587	-	587	(176)	356	(107)
F 50% Normal	37	-	37	(19)	8	(4)
F 50% Vencidas	296	-	296	(148)	127	(64)
G 70% Normal	20	-	20	(14)	4	(3)
G 70% Vencidas	338	-	338	(236)	175	(122)
H 100% Normal	29	-	29	(29)	12	(12)
H 100% Vencidas	1.500	-	1.500	(1.500)	1.061	(1.061)
Total Normal	270	1.677	1.947	(142)	743	(79)
Total Vencidos	2.721	-	2.721	(2.060)	1.719	(1.354)
Total Geral	2.991	1.677	4.668	(2.202)	2.462	(1.433)
Provisões	(2.177)	(25)	(2.202)		(1.433)	
Total Líquido	814	1.652	2.466		1.029	

(a) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$ 553 mil), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$ 2.474 mil), Para Interposição de Recursos Trabalhistas (R\$ 10 mil) e Outros (R\$ 29 mil). Classificados no Ativo Não Circulante e melhor detalhado na Nota 31.

(b) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Bens Não de Uso Próprio (I)	35.672	31.713
Material em Estoque	24	11
(Provisões para Desvalorizações) (II)	(9.424)	(2.341)
Despesas Antecipadas (III)	817	1.062
Contrib. Ao Fundo de Estabilidade e Liquidez do Sicoob	-	1.023
Sisol - Geração de energia fotovoltaica (a)	651	-
Outras Despesas Antecipadas (b)	166	39
TOTAL	27.089	30.445

(I). Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção;

(II). Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens não de uso próprio conforme determinação do Bacen;

(III). Registra-se a aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão, para a instituição, benefícios ou prestação de serviços, em períodos seguintes:

(a) Refere-se participação da Cooperativa no Fundo Sicoob para geração e compartilhamento de energia fotovoltaica – SISOL criado pelo Sicoob Central ES com o objetivo de desenvolver ações de sustentabilidade ambiental que visam, especialmente, a exploração e utilização de fontes renováveis de energia para utilização da cooperativa;

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações em cooperativa central de crédito – Sicoob Central ES	29.496	20.061
Participações intuição financeira controlada por cooperativa de crédito – Bancoob (a)	10.335	9.007
TOTAL	39.831	29.068

(a) Recebimento de remuneração de Juros Sobre o Capital Próprio do Sicoob Central ES no montante de R\$ 149 mil (Em 2018 – R\$ 107 mil).

(b) A participação junto ao Bancoob gerou o montante de dividendos recebidos em 2019 de R\$ 1.307 mil (Em 2018 – R\$ 994 mil).

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso (a)	1.141	1.959	
Edificações	1.525	1.525	4%
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	(512)	(451)	
Instalações	14.462	10.064	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(6.460)	(5.045)	
Móveis e equipamentos de Uso	5.091	3.570	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(1.957)	(1.681)	
Sistema de Comunicação	397	328	20%
Sistema de Processamento de Dados	4.323	3.896	20%
Sistema de Segurança	1.196	1.035	10%
Sistema de Transporte	267	241	20%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(4.101)	(3.743)	
TOTAL	15.372	11.698	

As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

A despesa com depreciação acumulada em 2019 foi de R\$ 2.597 mil (Em 2018 – R\$ 1.886 mil).

10. 1 Intangíveis

Descrição	31/12/2019	31/12/2018	Taxa Depreciação
Software e Direito de Uso	1.105	1.089	10-20%
(-) Amortização Acumulada De Software e Direitos de Uso	(1.022)	(948)	
TOTAL	83	141	

A despesa com amortização em 2019 foi de R\$ 74 mil (Em 2018 – R\$ 111 mil).

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Depósito à Vista	279.078	217.941
Depósito Sob Aviso	8.525	8.973
Depósito a Prazo – Circulante	610.725	593.600
Depósito a Prazo – Não Circulante	-	2
TOTAL	898.328	820.516

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	13.981	1%	14.383	2,00%
10 Maiores Depositantes	76.526	8%	76.729	9,00%
50 Maiores Depositantes	186.520	20%	186.417	23,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

As despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(503)	(576)
Despesas de Depósitos a Prazo	(35.347)	(36.060)
Despesas de Depósitos Judiciais	(1)	(1)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(2.483)	(1.453)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(1.361)	(1.212)
TOTAL	(39.695)	(39.302)

11.1 Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias.

As letras de câmbio e as letras imobiliárias e hipotecárias são títulos de captação criados com finalidades específicas, mas que, atualmente não são expressivos em relação ao volume global das captações das instituições financeiras.

A Letra de Crédito do Agronegócio é um título de crédito nominativo, que é uma promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente pela Cooperativa. A emissão da Letra é condicionada à existência e disponibilidade na Cooperativa de direitos e créditos relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio - Circulante	12.169	2.175
Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio - Não Circulante	43.989	36.754
TOTAL	56.158	38.929

12. Relações Interfinanceiras

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Descrição	31/12/2019			31/12/2018		
	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (acima de 1 ano)	Total	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (acima de 1 ano)	Total
Cooperativa Central	60.719	16.497	77.216	19.286	779	20.065
Recursos do Bancoob	12.329	145	12.474	61.539	16.790	78.329
Total	73.048	16.642	89.690	80.825	17.569	98.394

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

12.1 Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições finan-

Notas Explicativas

em 31/12/2019 e de 2018 (em milhares de R\$)

ceiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2019		31/12/2018
	Circulante – Até 1 ano	Não Circulante – acima de 1 ano	
Cooperativa Central - Rotativo	19.689	-	8.343
TOTAL	19.689	-	8.343

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

12.2 Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses

As despesas dessas transações resultaram ao final de 31 de dezembro de 2019 e 2018 os montantes conforme quadro abaixo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas com Empréstimos Rotativo – Sicoob Central ES	(827)	(521)
Despesas de Repasses Interfinanceiros - Sicoob Central ES	(1.346)	(1.768)
Despesas de Repasses Interfinanceiros - Bancoob	(5.004)	(5.604)
TOTAL	(7.177)	(7.893)

12.3 Correspondentes

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as obrigações com Relações Interfinanceiras com correspondentes cooperativistas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Correspondentes	4	5
TOTAL	4	5

13. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Cobrança de Terceiros em Trânsito (a)	76	-
Ordens de Pagamento (b)	7.263	5.832
Recebimentos em Trânsito de Terceiros (c)	33	4
TOTAL	7.372	5.836

(a) Títulos de cobrança recebido de terceiros para liquidação de contratos.

(b) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros.

(c) Recebimentos efetuados por conta de terceiros, tais como arrecadação de tributos ou encargos, recebimentos de carnês, bilhetes de seguro, contas de água, luz, telefone e outros a serem repassados.

14. Outras Obrigações

14.1 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Operações de Crédito - IOF	213	519
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	3	2
Recebimentos de Tributos Estaduais e Municipais	9	5
TOTAL	225	526

São registrados nesse grupo o valor do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários, a ser recolhido de tributos de convênios Estaduais e Municipais a serem repassados.

14.2 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para Participações nos Lucros (a)	2.066	1.984
Resultado de Atos com Associados (b)	2.235	3.803
Cotas de Capital a Pagar (c)	4.273	3.227
TOTAL	8.574	9.014

(a) Refere-se a provisão participação no resultado dos empregados conforme acordo coletivo com previsão para pagamento em 31/01/2020.

(b) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – CO-SIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme prescreve a Lei nº 5.764/1971.

(c) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

14.3 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e contribuições a recolher	1.607	1.504
TOTAL	1.607	1.504

14.4 Diversas

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	580	563
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (a)	2.874	2.451
Provisão para Pagamentos a Efetuar	4.542	3.485
Despesa de Pessoal	2.405	2.060
Água/Energia/Gás	41	-
Aluguéis	225	153
Comunicações	50	54
Propagando e Publicidade	75	-
Promoções E Relações Públicas	16	12
Segurança e Vigilância	13	1
Manutenção e Conservação de Bens	11	7
Transporte	210	118
Seguro	28	124
Plano de Saúde	9	8
Compensação	255	195
Seguros a Recolher	7	8
Seguros Prestamista	661	407
Provisão de Cartões a Pagar	296	222
Ordem de Pagamento – Encerramento Conta Salário	23	-
Outras Despesas Administrativas	217	116
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	3.503	2.465
Credores Diversos - País	6.549	7.085
Pagamento a Processar	696	756
Cooperativa Central	355	325
Valores a Pagar Arrecadação	9	11
Taxa de Alienação Veículos a Repassar	73	53
Valores a Liquidar – Parcelas Crédito Consignado	5	16
Outros	-	15
Cheques Depositados	1.167	761
Credores Diversos – Liquidação de Cobrança	4.244	5.148
TOTAL	18.048	16.049

São registrados em nome dos respectivos beneficiários, os créditos de recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos, proventos, soldos, aposentadorias, pensões e similares, objeto de contratos de prestação de serviços entre a instituição financeira e a entidade pagadora de tais benefícios.

(b) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de Dezembro de 2019, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 99.915 mil (R\$ 88.310 mil em 31/12/2018), referentes a aval prestado em diversas operações de crê-

dito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

15. Instrumentos financeiros

O SICOOB SUL-SERRANO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	216.131	187.559
Associados	63.607	53.385

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 55%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva Estatutária

Constituída com 1% sobre as sobras referente ao Fundo de Investimento Social conforme estatuto.

Movimentação FIS	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial do FIS	580	-
Constituição	447	580
(-) Utilização FIS	(446)	-
Saldo Final FIS	581	580

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 05 de abril de 2019, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, para o aumento do capital social, no valor de R\$ 22.014.

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Sobra líquida do exercício	44.696	57.987
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	44.696	57.987
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 55%	(24.583)	(31.893)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(2.235)	(2.899)
Fundo de Investimento Social – 1%	(447)	(580)
Utilização FIS	446	
Sobra à disposição da Assembleia Geral	17.877	22.615

17. Demonstração do resultado de Atos Cooperativos e Não Cooperativos

O resultado do período da cooperativa será apresentado no quadro segregado em ato cooperativo (Ato Coop.) e Ato Não Cooperativo (Ato Não Coop):

Descrição	31/12/2019			31/12/2018		
	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.
Receitas (Ingressos) Operacionais	292.653	276.960	15.693	219.160	211.231	7.929
Despesas (Dispêndios) Operacionais	(164.361)	(161.516)	(2.845)	(97.403)	(95.267)	(2.136)
Despesas (Dispêndios) Operacionais proporcional a cada Ato	(74.873)	(70.748)	(4.125)	(61.404)	(57.977)	(3.427)
Resultado Operacional	53.419	44.696	8.723	60.353	57.987	2.366
Receita Não Operacional	373	-	373	426	-	426
Despesa Não Operacional	(9.096)	-	(9.096)	(2.792)	-	(2.792)
Resultado Não Operacional	(8.723)	-	(8.723)	(2.366)	-	(2.366)
Resultado do Período	44.696	44.696	-	57.987	57.987	-

18. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio de R\$12.083 mil, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

19. Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços

Refere-se a receitas que a cooperativa recebe prestação de serviços de intermediação financeira, tais como, os recebimentos efetuados por conta de terceiros.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Cobrança	9.003	7.448
Rendas Transações Intercredis	1.260	867
Rendas de Cartões	2.444	179
Rendas de Convênios	524	431
Rendas de Serviços	2.131	1.765
Rendas de Tarifas	2.085	1.625
Comissão com Venda de Consórcios	1.127	514
Comissão com Venda de Seguros	5.242	4.566
Rendas Recebidas do Bancoob	1.044	1.069
Outras Rendas de Prestação de Serviços	430	383
TOTAL	25.290	18.847

20. Rendas (Ingressos) de Tarifas

Rendas de tarifas recebidas dos associados conforme tabela de tarifas e pacotes da Cooperativa.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Pacotes de Serviços – PF	2.693	2.372
Rendas de Serviços Prioritários – PF	1.851	1.544
Rendas de Serviços Diferenciados – PF	1.171	1.323
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	10.648	7.478
TOTAL	16.363	12.717

21. Dispêndios/Despesas com Pessoal

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de honorários	(1.776)	(1.674)
Despesas de pessoal - benefícios	(5.057)	(3.791)
Despesas de pessoal - encargos sociais	(6.037)	(5.417)
Despesas de pessoal - proventos	(16.286)	(14.297)
Despesas de remuneração de estagiários	(444)	(263)
Despesas de pessoal - Outros	(198)	(2)
Total	(29.798)	(25.444)

22. Outros Dispêndios/Despesas Administrativas

São constituídas por despesas de manutenção de sua infraestrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Notas Explicativas

em 31/12/2019 e de 2018 (em milhares de R\$)

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Água Energia e Gás	(854)	(626)
Despesas de Aluguéis	(3.050)	(2.639)
Despesas de Comunicações	(1.228)	(1.203)
Despesas de Manutenção e Conservação De Bens	(766)	(392)
Despesas de Material	(509)	(571)
Despesas de Processamento de Dados	(5.788)	(4.461)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(1.750)	(642)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(1.188)	(1.133)
Despesas de Publicações	(7)	(8)
Despesas de Seguros	(54)	(43)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(8.847)	(7.145)
Despesas de Serviços de Terceiros	(2.285)	(1.947)
Despesas de Serviços de Vigilância E Segurança	(2.332)	(2.099)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(1.311)	(1.281)
Despesas de Transporte	(1.463)	(1.378)
Despesas de Viagem ao Exterior	(5)	(2)
Despesas de Viagem no País	(94)	(79)
Emolumentos Judiciais e Cartorários	(463)	(468)
Impostos e Taxas	(108)	(528)
Rateio de Despesas da Central	(3.635)	(3.235)
Rateio de Despesa do Sicoob Confederação	(687)	(517)
Despesas com Ações Judiciais	(205)	(49)
Outras Despesas Administrativas	(664)	(702)
Despesas de Amortização	(74)	(111)
Despesas de Depreciação	(2.597)	(1.886)
Total	(39.964)	(33.145)

23. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	759	299
Reversão de Provisão para Contingências	155	13
Rendas Juros Cartão de Crédito	5.984	4.720
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	744	566
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	1.025	193
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	890	799
Rendas Intercâmbio - Cartão de Crédito	-	1.415
Rendas Intercâmbio - Cartão de Débito	-	51
Dividendos recebido do Bancoob	1.307	994
Rendas de Repasse Delcredere	295	1.161
Deduções e Abatimentos	2	2
Juros ao Capital Recebido do Sicoob Central ES	149	107
TOTAL	11.310	10.320

Refletem principalmente recuperação de encargos e despesas, reversão provisão para contingência, receitas com cartão de crédito e delcredere.

24. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Descontos Concedidos	(3.945)	(7.560)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(1.049)	(793)
Despesas com Correspondentes Cooperativos	(115)	(147)
Contribuição ao Fundo Tecnologia da Informação	(813)	(815)
Contribuição ao Fundo de Estabilidade e Liquidez do Sicoob	(1.023)	(171)
Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira Sicoob ES	(3.369)	(2.035)
Outras Despesas Operacionais	(606)	(1.750)
Provisão para Garantias Prestadas	(1.037)	(923)
Contingências	(380)	(42)
TOTAL	(12.337)	(14.236)

São despesas de provisões para contingências, provisão de garantias prestadas, descontos concedidos em operações de crédito, cancelamento de tarifas pendentes, contribuição ao fundo de tecnologia da confederação, Contribuição ao Fundo de Estabilidade e Liquidez do Sicoob e Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira do Sicoob ES.

25. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Lucro em Transações com Valores de Bens	175	58
Ganhos de Capital	152	324
Outras Rendas não Operacionais	46	44
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(171)	(595)
(-) Perdas de Capital	(106)	(52)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(7.090)	(1.605)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(1.729)	(540)
Resultado Líquido	(8.723)	(2.366)

O Resultado Não Operacional consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

26. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas. As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2019:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	5.573	0,30%	47
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	360	0,02%	40
TOTAL	5.933	0,32%	87
Montante das Operações Passivas	1.903	0,28%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2019:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	24	1	0,26%
Conta Garantida	23	1	0,21%
Crédito Rural	508	3	0,54%
Empréstimo	1.026	70	0,16%
Financiamento	158	3	0,16%
Títulos Descontados	76	-	0,14%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa - %
------------------------	-------------------	-------------------------------	----------

Depósitos a Vista	715	0,26%	-
Depósitos a Prazo	3.373	0,50%	90% a 100% CDI

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das operações (Ativas/Passivas)	Taxas Aplicadas em relação as partes relacionadas	Taxa aprovada pelo Conselho de Administração/ Diretoria Executiva
Cheque Especial	1,50% a.m a 6,97% a.m	1,50% a.m a 6,97% a.m
Conta garantida	1,50% a.m a 5,97% a.m	1,50% a.m a 5,97% a.m
Desconto de Cheques	1,16% a.m. à 3,50% a.m	1,16% a.m. à 3,50% a.m
Empréstimos	0,99% a 4,00% a.m. 0,24% + CDI a 3,00% + CDI	0,99% a 4,00% a.m. 0,24% + CDI a 3,00% + CDI
Crédito Rural - RPL	12% a.a a 24,99% a.a	12% a.a a 24,99% a.a
Crédito Rural - Repasses	3,00% a.a a 8,50 a.a.	3,00% a.a a 8,50 a.a.
Aplicações financeiras – RDC Longo CDI	90% a 100% CDI	80% a 105% CDI
Aplicações financeiras - LCA	91% a 93% CDI	91% a 93% CDI

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Conta Corrente	160
Crédito Rural	1.107
Empréstimos	5.273
Financiamento	735

e) No exercício de 2019 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

Benefício monetários	31/12/2019
Honorários e Cédula de Presença	1.513
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Vale Alimentação / Previdência Privada	59

27. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL-SERRANA DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB SUL-SERRANO, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL ES, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL ES a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB SUL-SERRANO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL ES perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB CENTRAL ES:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ativo	548.577	514.374
Títulos e Valores Mobiliários	238	869
Relações Interfinanceiras	518.192	493.444
Outros Valores e Bens	651	-
Investimentos	29.496	20.061
Passivo	97.260	28.733
Relações Interfinanceiras	77.216	20.065
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	19.689	8.343
Outras Obrigações	355	325
Receita	31.113	29.465
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	31	80
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	30.933	29.278
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	149	107
Despesa	9.177	7.559
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	2.173	2.289
Outras Dispendios/Despesas Administrativas	3.635	3.235
Outros Dispendios/Despesas Operacionais	3.369	2.035

28. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovadas pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no site do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

28.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAo-pa2) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

28.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

Notas Explicativas

em 31/12/2019 e de 2018 (em milhares de R\$)

28.3 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

28.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

28.5 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

29. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

30. Patrimônio de Referência e demais limites operacionais

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio de Referência	351.007	306.085
Margem de Compatibilização	228.488	197.501
Índice da Basileia	34,38%	33,83%
Margem de Imobilização	160.131	141.345

31. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98 (a)	3.028	3.027	2.966	2.966
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	63	10	48	12
Outros	234	29	1	52
TOTAL	3.325	3.066	3.015	3.030

PIS e COFINS - Quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB SUL-SERRANO**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 40 mil.

Venda Nova do Imigrante-ES, 03 de fevereiro de 2020.

Tania Aparecida Uliana Torres
Diretora Executivo
CPF: 752.444.207-63

Eliane Gomes Zandonadi
Diretora Operacional
CPF: 753.269.907-25

Wanderson Vieira da Silveira
Contador CRC nº 016925/O-0-ES
CPF: 099.673.817-79

Relatório de Auditoria

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da

Cooperativa Sul-Serrana do Espírito Santo – SICOOB SUL SERRANO

Venda Nova do Imigrante/ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa Sul-Serrana do Espírito Santo – SICOOB SUL SERRANO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB SUL SERRANO em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Relatório de Auditoria

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 10 de fevereiro de 2020.



Júlio César Toledo de Carvalho
Contador CRC MG - 69.261/O
CNAI 1.953

Felipe Rodrigues Beiral
Contador CRC MG - 90.766/O
CNAI 2.994

Parecer do Conselho Fiscal

O conselho fiscal da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul-Serrana do Espírito Santo – Sicoob Sul-Serrano**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer da auditoria externa CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa, datado de 10 de Fevereiro de 2020, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

Venda Nova do Imigrante/ES, 26 de Fevereiro de 2020.

Antelmo Cardoso
Coordenador do Conselho Fiscal

Claudineia Aparecida Silva Santos
Secretário do Conselho Fiscal

Rodrigo Pizzol Ventorim
Conselheiro Fiscal - Efetivo